

PROGRAMA PARKATEJÊ
AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA 1991

Iara Ferraz
antropóloga
janeiro 1991*

Numa primeira etapa desta viagem, reunimo-nos dia 7 p.p. em São Luís (SUFEC) com parte da comissão de gerenciamento do Programa Parkatejê, estando presentes os membros da atual gerência do Convênio 0333/90, o representante local da FUNAI em Marabá e os consultores do Programa; tendo sido observada a ausência de representantes da comunidade indígena naquela ocasião, fixou-se a data da reunião na aldeia para o dia 12 subsequente.

X Foram discutidas questões gerais relativas à nova gerência do Convênio e ao desempenho do Programa de modo mais ágil no que se relaciona aos desembolsos financeiros. Dadas as dificuldades administrativas havidas no segundo semestre de 1990, em vista da reestruturação da CVRD, muitos itens programados para 1990 deixaram de ser atendidos; verificaram-se inúmeros atrasos de pagamentos. Tal como ficou acordado, estas questões deverão ser superadas efetivamente nesta nova etapa do Convênio, (que teve sua gerência integralmente transferida para São Luís), de modo a garantir uma continuidade mais satisfatória em 1991 para o Programa Parkatejê.

* Relatório de viagem de consultoria ao Programa Parkatejê (Convênio CVRD 0333/90), realizada entre 6 e 17 de janeiro.

Enfatizamos a necessidade de a comunidade Parkatejê ir assumindo, progressivamente, a gestão deste Programa, sobretudo através de seu efetivo acompanhamento administrativo e financeiro, evidenciando a sua co-responsabilidade em relação às atividades/projetos desenvolvidos. Caso contrário, incorre-se no risco de estar reproduzindo um assistencialismo de cunho paternalista, exatamente o que, na fase de concepção deste Programa, objetivou-se descaracterizar.

Na ocasião também foi considerada a indefinição atual em relação à política indigenista oficial e à falência do órgão tutelar, fazendo ver a necessidade de se repensar as relações para com as comunidades indígenas, de modo a não eximir o Estado de suas responsabilidades em relação à garantia dos direitos legais e constitucionais dos índios no Brasil.

I- Invasão no Mãe Maria: estado de alerta

A maior parte dos ítems não cumpridos em relação ao que havia sido previsto para 1990 diz respeito às medidas para proteção e vigilância do território Parkatejê (de acordo com as obrigações da CVRD, ítem "D", cláusula 4^a do Convênio). Este descumprimento resultou na invasão verificada na parte sul da área, exatamente no trecho cortado pela ferrovia de Carajás, intrusamento este que se estende atualmente até as proximidades da aldeia.

A questão mais importante hoje para os Parkatejê de Mãe Maria é a vulnerabilidade do limite sul de seu território, atravessado pela estrada de ferro, quanto a invasões de sem-terra. Um grande número de regionais, provindos de Morada Nova (km 12) e de outras localidades ao longo da rodovia PA-332 (que também corta a área indígena), estimulados por grileiros e indivíduos inescrupulosos da região, começou a invadir o

limite sul da área indígena, ao longo da ferrovia, a partir de setembro/outubro do ano passado. Tal como apontamos no relatório anterior, este período pré-eleitoral tenderia a favorecer manobras políticas locais. Foi exatamente o que ocorreu, refletindo-se hoje nas invasões.

Estes acontecimentos evidenciam:

- a) a efetiva "proteção" do território Parkatejê, a par de requerer medidas emergenciais (as "limpezas de áreas", em linguagem policial) faz ver que a questão fundiária mais ampla é central em todo o sudeste do Pará e na chamada "área de influência" de Carajás;
- b) as representações da população local em relação à presença autoritária da CVRD na região.

O fato de, no ano de 1990, não terem sido tomadas quaisquer medidas relativas a um sistema de vigilância do território indígena naquela divisa - que estaria a cargo da Florestas Rio Doce, correspondendo a cerca de 35% dos gastos previstos em orçamento pela própria CVRD - apresenta hoje suas consequências mais claras. As invasões ocorridas levaram a um estado de tensão e alerta permanentes hoje entre os membros da comunidade indígena, particularmente entre aqueles que, em passado recente (o grupo do Maranhão), vivenciaram um enfrentamento em circunstâncias semelhantes, que resultou em mortes. Estes choques com regionais provocaram a transferência de todo o grupo para a área do Mãe Maria em 1969 e a perda completa daquela área para grileiros que se instalavam nas proximidades de Imperatriz, em parte do território tradicional daquele grupo.

A memória viva destes acontecimentos violentos está ligada ao temor atual de se deslocarem para longe da aldeia (onde estão as mulheres e as crianças) para suas atividades de subsistência (coleta de frutos e caçadas). Este quadro se

reflete, por sua vez, no estado nutricional da população, habituada a prover ^{a partir} da floresta a sua alimentação básica. O chefe Parkatejê, Krohokrenhum, lembra os fatos ocorridos quando ali chegaram em 1966, transferidos do rio Praia Alta pelo antigo SPI: utilizando os estereótipos então vigentes em relação a eles ("bravos"), retiraram da área todos os ocupantes que lá se encontravam. Se o enfrentamento real hoje não é mais possível (pois o número de invasores é muito superior àquele de homens adultos na aldeia), os Parkatejê põem em operação práticas tradicionais para aliviar a tensão existente: as corridas de toras e os jogos de flechas, diários, entre homens, mulheres e crianças. Põem assim em operação as representações relativas à guerra, ao enfrentamento permanente do kupê (o outro, o "branco", "civilizado"), como um dos princípios norteadores daquela sociedade.

Observam atualmente a diferença em relação ao modo de enfrentamento concreto, pois é necessário solicitar, junto à FUNAI, a interveniência da polícia federal para "limpar a área", ou seja, retirar os invasores à força. Nas discussões havidas na aldeia a este respeito, foi enfatizada a necessidade de se desenvolver, através do Programa Parkatejê, atividades no sentido de "fazer respeitar" o território indígena, sobretudo nas áreas limítrofes e naquelas mais vulneráveis, como é o caso da faixa ao longo da ferrovia. De acordo com a concepção que eles têm de "proteção" e "vigilância", foi discutida a necessidade de eles mesmos ocuparem aquela área, com a formação de roçados com culturas permanentes, pastagens pequenas, além da sua presença efetiva (em sistema de revestimento) no local. Consideram ainda que é de responsabilidade também da CVRD manter ali um sistema de vigilância não apenas em relação à ferrovia, mas sobretudo do território indígena que foi cortado pela estrada de ferro.

X Durante a semana em que permanecemos na aldeia (de 10 a 17 de janeiro), a polícia federal e os representantes locais da FUNAI retiraram cerca de 50 indivíduos que, ilegalmente, haviam intrusado a área indígena ao longo da ferrovia. Retornariam na semana seguinte, pois sabia-se que ainda havia invasores no interior da reserva. Nos povoados vizinhos (sobretudo em Morada Nova, o "Doze") circulam boatos relativos à "liberação daquela área" (sic) para fins de ocupação, sob os quais se escondem interesses políticos locais mal-intencionados, uma vez que é de conhecimento da população em geral tratar-se de área indígena, onde as eventuais ocupações estão sujeitas às penas da lei.

Há ainda um outro fator a ser considerado relativo a estes acontecimentos. Com a passagem da ferrovia, aquela porção do território Parkatejê - que teve seus limites redefinidos - passou a ser identificada como "terra da Vale" por muitos moradores da região, evidenciando as representações que as populações locais têm acerca do controle ostensivo das grandes áreas da CVRD na região, bem como da sua presença autoritária e verticalizada. Estas questões apontam, finalmente, para o problema central em todo o sudeste paraense: o conflito pela posse da terra dada a omissão e a ineficácia dos setores governamentais diretamente envolvidos com a questão fundiária hoje no Brasil e, especialmente, naquela região.

II- Projeto de Educação - avaliação

Nos dias 8 e 9 p.p., em Belém e juntamente com a coordenação e consultorias do projeto de educação integrante do Programa Parkatejê, procedemos a uma avaliação inicial dos trabalhos desenvolvidos em 1990, que consistiram na implantação, na aldeia, da Escola RC (em regime de convênio com a SEDUC-PA) Parkatejê, com turmas de 5ª a 8ª séries do 1º grau.

Com representantes da Secretaria de Educação do Estado do Pará, foram discutidas questões relativas à operacionalização do projeto, onde o atraso do pagamento de diárias (com recursos repassados do Convênio CVRD) levou frequentemente ao descontentamento da equipe de professores.

Foi também apresentada a proposta relativa à consideração, pela SEDUC-PA, de que os participantes deste Projeto (professores) venham a ter, ao final de três anos, esta experiência considerada como "aperfeiçoamento" para fins curriculares, mediante apresentação de monografia sobre o trabalho pedagógico e educacional desenvolvido.

Nos dias 12 e 13 subsequentes, participamos na aldeia de uma avaliação do projeto com os professores, monitores de língua Parkatejê e alunos. Apesar de resultados relativamente satisfatórios do ponto de vista educacional (para uma experiência que apenas se iniciou), questões de ordem metodológica (e administrativa) levaram ao pedido conjunto de desligamento do projeto por parte da equipe constituída por professores que haviam sido recrutados em Marabá.

Uma nova equipe será formada e treinada em março próximo, de acordo com o calendário elaborado pela coordenação do Projeto de Educação, após uma avaliação detalhada dos trabalhos até aqui desenvolvidos. A escola de 1ª a 4ª séries, em funcionamento na aldeia sob a orientação da FUNAI, deverá ter seus métodos e conteúdos reestruturados, de modo a se adequar a uma orientação pedagógica mais apropriada, em se tratando de uma escola entre uma sociedade indígena, todas as particularidades devem ser consideradas, procurando compatibilizar conteúdos com o próprio modo de vida Parkatejê.

Um jovem deverá realizar, a partir de março próximo, um curso técnico profissionalizante em agricultura, com a duração

de três anos, na cidade de Castanhal (próxima à Belém). Todas as despesas relativas a sua manutenção naquela localidade deverão ser incluídas no Programa Parkatejê sob a forma de bolsa de estudos.

III- Atividades em 1991

Em reunião havida na aldeia a 12 de janeiro p.p. ficou acertado entre a comissão de gerenciamento do Programa que qualquer alteração em relação às atividades/projetos propostos para 1991 deverá ser discutida na aldeia. Estas atividades serão as seguintes:

- 1- estabelecimento de infra-estrutura para vigilância e proteção do limite sul do território Parkatejê (atualmente intrusado), com a construção de uma casa em alvenaria, formação de roçados com culturas permanentes e pastagens de pequena extensão (para rotatividade do rebanho) junto à ferrovia, em áreas que já haviam sido desmatadas por posseiros. São condições para a ocupação efetiva daquela porção do território por parte dos próprios Parkatejê que, através de um sistema de reveasamento entre os membros da comunidade deverão garantir essa ocupação. As atividades ali desenvolvidas serão acompanhadas por servidores da FUNAI (e, possivelmente, da CVRD) que virão a residir ali permanentemente.
- 2- Uma das caixas de empréstimo da EFC ao longo da ferrovia no interior da área indígena começou a ser recuperada com a construção de um tanque para piscicultura, que deverá ser concluído ao término da estação chuvosa, permitindo o seu uso no decorrer da próxima estação seca. A outra caixa de empréstimo deverá ser recuperada em 1991 com o plantio de frutíferas (culturas permanentes), item que deveria ter sido realizado em 1990, conforme fora solicita-

do pelos membros da comunidade Parkatejê. No seu entender, todas estas atividades que dizem respeito à "vigilância" daquela porção sul ao longo da ferrovia são de responsabilidade maior da CVRD, dado o fato da estrada de ferro ter atravessado o território indígena.

- 3- A aviventação de marcos e picadas demarcatórias ao norte - onde restam ainda cerca de 8 km a serem demarcados fisicamente, i.e. no terreno - e ao sul do território indígena (as duas linhas secas existentes no perímetro), bem como a recolocação de placas e sinalização adequada (e, se possível, de difícil remoção), sobretudo na porção mais vulnerável junto da ferrovia deverão ser providenciadas o mais breve possível. Todas estas medidas, apesar de enfatizadas por nós em relatório anterior (julho 1990) como prioritárias, inexplicavelmente não foram tomadas no ano passado, o que favoreceu a intrusão verificada na área.
- 4- Através do Projeto de Educação, será dada continuidade à implantação da Escola RC Parkatejê (em convênio com a SEDUC-PA) de 5ª a 8ª séries. Está prevista a participação em cursos de formação e reciclagem para professores e monitores indígenas, que serão realizados no vale do Juruá (estado do Acre), além do deslocamento de um jovem Parkatejê para Castanhal (PA) onde, custeado pelo Programa, deverá realizar um curso técnico profissionalizante em agricultura, por um período de três anos a partir de março próximo, conforme já mencionado.
- Sugerimos que, ao invés de construção de uma outra escola na aldeia, seja providenciada - o quanto antes - a reforma daquela já existente, atendendo as necessidades indicadas pela coordenadora do Projeto quanto a sua ampliação. O alojamento deverá ser concluído até a primeira semana de

março, impreterivelmente, possibilitando condições de uso já no curso de treinamento para os professores, que será realizado de 11 a 22 de março.

- 5- Ao lado da continuidade da assistência à saúde (também dentária), deverão ser desenvolvidas, em conjunto com as atividades escolares (Ciências e Programa de Saúde) orientações de medicina preventiva voltadas para o saneamento na aldeia, especialmente abastecimento e tratamento de água e destinação de detritos orgânicos e inorgânicos. Estas atividades serão desenvolvidas sob a orientação de Dr. João Paulo Botelho Vieira F^o, consultor da comunidade Parkatejê para assuntos de saúde e coordenação local pela enfermeira qualificada que lá se encontra.

No orçamento para 1991 deverão constar recursos destinados à elaboração/aquisição de material sensível (slides, vídeos, etc.) a serem utilizados nestas atividades. Deverá ser providenciado o retorno à aldeia do microscópio adquirido para a Comunidade Parkatejê com recursos do antigo Convênio (059/82), possibilitando assim o trabalho integrado educação-saúde, além de controle parasitológico, leitura de lâminas para exames de malária, etc.

No decorrer deste 1º semestre de 1991, a profissional de saúde que lá se encontra deverá identificar, entre os membros da comunidade, aqueles que se interessam por este campo (que estiverem concluindo a 8ª série) e que tenham condições de realizar, em 1992, um curso de formação para auxiliar de enfermagem na Escola Paulista de Medicina (SP), com a duração de 18 meses, custeado pelo Programa Parkatejê (as inscrições para este curso costumam se dar nos meses de outubro-novembro, de acordo com Dr. João Paulo Botelho, que recomenda a sua realização).

X 6- A cada ano serão construídas, com recursos do Convênio, uma ou duas casas em alvenaria na aldeia, que se amplia para atender necessidades do crescimento populacional verificado nos últimos anos. Para 1991 foi solicitada a construção urgente de uma casa em substituição à atual (em madeira), que está sob perigo de desabamento. As construções deverão ser iniciadas logo no começo da estação seca (abril).

7- Quanto às chamadas atividades produtivas (além daquelas diretamente relacionadas à proteção e vigilância do território, a partir de abril próximo, deverão ser fomados novos roçados para plantio de gêneros alimentícios (arroz, feijão, milho e mandioca). Além da aquisição de sementes e ferramentas, serão necessários recursos para contratação de mão-de-obra em regime de empreita, sob supervisão dos membros da comunidade.

Apesar de não haver muita clareza para muitos quanto ao futuro do cultivo do cacau, pretendem dar continuidade a estes trabalhos, iniciados em 1989 mediante orientação da administração regional da FUNAI em Marabá (que também se incumbia da orientação para a criação de bovinos, rebanho que terá uma parte distribuída nas pastagens junto à ferrovia assim que houver condições).

Além do desestímulo provocado pelos custos elevados que a extração da safra de castanha representam atualmente face aos baixos preços do produto no mercado regional (ou mesmo em Belém, diretamente aos exportadores), o intrusamento da porção sul do território nesta estação chuvosa (também para roubo de castanha e cupuaçu) foi outro fator que levou à desistência, pelos Parkatejê, da coleta da safra de castanha deste ano.

No entanto, conforme chegamos a iniciar uma discussão com os representantes da comunidade, é a própria extração da safra de castanha-do-Pará que possibilita uma forma de ocupação efetiva (ainda que sazonal) de partes significativas do território indígena mais distantes da aldeia (que se tornam igualmente mais vulneráveis a invasões neste período, para roubo de frutos, conforme mencionado).

No decorrer deste ano e em conjunto com o Centro Agro-Ambiental do Tocantins, o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular e Centro de Trabalho Indigenista, deverão ser desenvolvidos estudos no sentido de dimensionar a produção regional e a viabilidade de instalação de pequenas usinas de beneficiamento de castanha, sob a forma de cooperativas de pequenos produtores, possibilitando assim a sua comercialização direta para o exterior. Uma pesquisa de mercados alternativos para a produção indígena de castanha, principalmente, já vem sendo desenvolvida com êxito na Itália e no Reino Unido, entre outros países compradores desse produto tropical.

Com a perspectiva de virem portanto a retomar estas atividades, deverão ser realizadas este ano todas as tarefas que antecedem a coleta da castanha, tais como limpeza e recuperação de estradas na mata, ramais, pontes e mata-burros no interior do território Parakatejê (cerca de 800 km). Estes trabalhos deverão ser executados mediante contratação de mão-de-obra regional, sob supervisão da comunidade, no decorrer da estação seca, permitindo que a coleta da safra de 1992 seja iniciada sem atropelos.

Recomendações finais

Para o bom funcionamento do Programa Parkatejê, as reuniões das comissões de gerenciamento e acompanhamento administrativo-financeiro deverão ter periodicidade regular, isto é, a cada três meses ou mediante solicitação da comunidade. É necessário ainda contarmos com todas as informações relativas aos saldos das rubricas orçamentárias do Programa, para que haja um efetivo acompanhamento por parte dos membros da comunidade, uma vez que dispõem para isso de um assessor financeiro.

Apesar de solicitado no início de dezembro último, estas comissões não tiveram, até o presente momento, acesso a essas informações relativas ao exercício de 1990, prejudicando assim a transparência do Programa perante a comunidade, bem como a elaboração do orçamento para 1991. Além disso, os ítems não realizados em 1990, conforme era previsto, não deverão onerar o orçamento para 1991.

O desenvolvimento dos projetos/atividades específicas do Programa depende da liberação de recursos em épocas muito precisas. Despesas relativas, por exemplo, à contratação de mão-de-obra regional (regime de empreita) pela Comunidade (tal como vai se verificar neste ano) ou aquelas de pronto pagamento (ou seja, à vista) devem ter seus recursos previamente disponíveis e antecipados, com o objetivo de possibilitar, efetivamente, a realização das atividades previstas. Neste sentido, a gestão de um fundo rotativo pelos próprios membros da comunidade, especialmente treinados com este objetivo pelo assessor financeiro, suprirá as necessidades imediatas, ao lado de apresentar um caráter pedagógico de muita significância para os Parkatejê.

Finalmente, existem inúmeras questões que deverão ser discutidas pelos representantes da comunidade Parkatejê com o seu consultor jurídico, Dr. Carlos Frederico Marés de Souza F^o (Núcleo de Direitos Indígenas), cuja presença na aldeia será em breve solicitada. Neste sentido, o pagamento de despesas de viagem e honorários para este assessor deverá ser previsto no orçamento para 1991.

Enquanto membro da comissão de gerenciamento do Programa, solicitamos que nos seja enviada, assim que possível, cópia do esboço do orçamento básico para 1991, que será parcialmente remetido à CVRD a partir de Belém (Projeto Educação) e Marabá (demais projetos).